



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

HELITON ESCORPELI

**Gestão municipal e valoração do patrimônio histórico do
município de Americana-SP.**

Brasília – DF

2024

HELITON ESCORPELI

**GESTÃO MUNICIPAL E VALORAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO
MUNICÍPIO DE AMERICANA-SP**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do certificado de especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Dr. Nilton Oliveira da Silva

Brasília – DF

2024

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	3
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1	Patrimônio Histórico e Cultural.....	6
2.2	Estudos anteriores.....	8
3.	METODOLOGIA	10
4.	ANÁLISE DE RESULTADOS	14
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
	REFERÊNCIAS.....	18

GESTÃO MUNICIPAL E VALORAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE AMERICANA-SP

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise da gestão e da valoração do patrimônio histórico no município de Americana, no estado de São Paulo, destacando as suas potencialidades e os seus desafios. A pesquisa utiliza uma metodologia qualitativa, que inclui entrevistas, observação e análise de dados existentes. O objetivo é verificar como a gestão municipal tem tratado da importância do seu patrimônio histórico e cultural. Pretende-se promover uma reflexão sobre como a gestão do patrimônio histórico pode contribuir para a sua valoração como um ativo cultural, econômico e social. A partir da pesquisa realizada é notado o que acontece em muitos municípios brasileiros muitas vezes desconhecimento de legislações atuais para valoração dos bens patrimoniais e/ou pouco conhecimento atrelado a pouco investimentos em conservação dos locais analisados. Desta forma este artigo contribui para o processo de discussão da valoração dos patrimônios históricos dos nossos municípios.

Palavras-chave: patrimônio histórico; conservação; gestão pública.

1 INTRODUÇÃO

O agrupamento de pessoas e acontecimentos que testemunham a história vivida, credenciam as memórias que os profissionais e as instituições buscam preservar, recuperar e conservar. Nesse sentido, o patrimônio emerge como um conjunto de elementos, como o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, os direitos, os costumes, as habilidades e os hábitos que as pessoas adquirem e transmitem de geração em geração. Esses elementos possuem uma força simbólica significativa, representando a expressão cultural das atividades sociais (Araripe, 2004).

Nesta perspectiva, a valorização e a salvaguarda desses elementos patrimoniais têm se destacado, historicamente, por normas de preservação baseadas nas percepções de especialistas, como arquitetos, historiadores e arqueólogos (Oliveira et al, 2022). No entanto, isso tem gerado uma complexidade, visto que uma avaliação subjetiva tem direcionado para o olhar do patrimônio edificado (prédios e monumentos visíveis) e distanciado do que está implícito, ou seja, as manifestações sociais, as conquistas e a memória social.

A gestão do patrimônio histórico e a sua valoração no Brasil é um desafio significativo, ainda que a demanda por parte do poder público, muitas vezes, é alocada na secretaria de cultura das cidades. A preservação do patrimônio histórico e cultural no Brasil tem suas origens no movimento modernista do início do século XX. Durante o período de 1934 a 1945, sob a liderança do Ministro da Educação Gustavo Capanema e com a contribuição de Mário de Andrade, foi desenvolvido o primeiro anteprojeto para a criação de um instituto preservacionista, que culminou na fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (Silva, 2015).

No âmbito estadual, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) foi criado em 1968, com o objetivo de proteger e valorizar o patrimônio cultural do estado de São Paulo, tendo já tombado mais de 500 bens patrimoniais. O tombamento é uma prática administrativa fundamental para preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo, impedindo sua destruição ou descaracterização. A participação de atores públicos e da sociedade civil é essencial nesse processo, conforme estabelecido pelo artigo 215 da Constituição Federal de 1988, que assegura o exercício dos direitos culturais e o apoio à valorização e difusão das manifestações culturais.

Com a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001, novas ferramentas de gestão e compensação foram introduzidas, incluindo o direito de construir e a outorga onerosa, conforme descrito no artigo 31. Essas medidas buscam equilibrar as restrições impostas pela preservação dos bens históricos com os direitos dos proprietários. Estudiosos como (Raquel Rolnik, 2002) apontam desafios práticos nessa abordagem, como a localização de edifícios preservados em centros históricos sem potencial construtivo adicional e os altos custos de manutenção.

A gestão participativa, envolvendo instituições civis e grupos comunitários, é vista como uma solução para estabelecer critérios consensuais e harmoniosos. Exemplos de cidades como Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais, demonstram uma gestão eficaz na proteção do patrimônio cultural. As cidades foram declaradas Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1980 e mostram que ações integradas entre sociedade e poder público, como a elaboração de Planos Diretores e Conselhos de Patrimônio, podem orientar políticas de uso e ocupação do solo, promovendo um desenvolvimento econômico e sustentável.

Se por um lado essas estratégias cooperadas da gestão do patrimônio, nos municípios brasileiros, tem apresentado novos mecanismos no que diz respeito a valoração e conservação do patrimônio, por outro, as políticas públicas relacionadas à preservação do patrimônio histórico e cultural, infelizmente, têm pouco espaço na destinação de atenção em manutenção estruturais/estéticas, bem como na questão do uso público, além da não valoração de modo integral dentro das LDOs (Lei Diretrizes Orçamentarias). Dessa forma, tem-se o problema de pesquisa: como a gestão pública municipal tem atuado na preservação do patrimônio cultural e histórico?

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é verificar como a gestão municipal tem tratado da importância do seu patrimônio histórico e cultural. Para isso, foi realizado um estudo no município de Americana, em São Paulo (SP), uma vez que esse município, possui uma série de patrimônios históricos tombados pelo conselho municipal e estadual, evidenciando a sua importância cultural, histórica e funcional. Para isso, foi realizada uma análise documental do município, bem como entrevistas semiestruturadas com membros de instituições responsáveis pela preservação e conversão do patrimônio histórico e cultural.

Esses patrimônios, tanto materiais quanto imateriais, são fundamentais para a identidade cultural de Americana e necessitam de gestão cuidadosa e valorização contínua. A preservação e a restauração dessas estruturas e tradições não só protegem a história local, mas também oferecem oportunidades para o turismo cultural e a educação patrimonial. Dessa maneira, a contingência de investimentos e a estrutura de manutenção dos prédios tombados pelos órgãos municipais e estaduais evidenciam a incapacidade de cuidar de gerir a sua manutenção.

Observando essa deficiência na gestão pública municipal, pretende-se, com este artigo, dialogar com as esferas públicas para que haja um caminho de gestão e valoração dos bens patrimoniais do município. O trabalho se justifica visto que se infere que a discussão estrutural sobre a valoração de patrimônios históricos ou bens patrimoniais, internacionalmente como é conhecido, carece ainda de referências nacionais. Entretanto, a literatura internacional, mais precisamente nos países da Nova Zelândia, Canadá, e Reino Unido, estejam mais aprofundadas ainda falta caracterização nacionalizada sobre o tema.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Patrimônio Histórico e Cultural

Dentro do processo de gestão pública, os países têm buscado um olhar mais efetivo para suas potencialidades, especialmente, no que se refere aos seus patrimônios. Dentre esses, estão os de caráter histórico e cultural, pois, são bens insubstituíveis e podem atrair valiosos investimentos, uma vez que, além de valores sociais, servem como atrativo para visitantes e conseqüentemente um crescimento econômico. Para Basu e De (2021), a conservação desses patrimônios são de vital importância para a gestão pública.

A preservação do patrimônio histórico e cultural nasce no Brasil relacionado ao movimento modernista, no qual são apresentados os primeiros aspectos de preocupação com a preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro (Silva, 2015). O seu surgimento se deu a pedido do então Ministro da educação Gustavo Capanema, no período de 1934 a 1945, sendo elaborado por Mário de Andrade, o anteprojeto para criação do Instituto Preservacionista, contendo a primeira legislação nesse sentido. Isso serviu de base para criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atualmente conhecido como IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Na esfera estadual, em 1968, foi criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), que tem como função proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural do estado. Para Wolff (2018), as primeiras ações do Conselho se baseavam a partir das decisões dos especialistas conselheiros no qual realizavam o tombamento de bens de valor histórico e cultural. Buscava-se a tentativa de impedir que tais bens fossem destruídos ou descaracterizados. Desde sua criação, o órgão estadual já tombou mais de 500 bens patrimoniais (Condephaat, 2024).

Ademais, é importante salientar que a defesa e valorização dos bens culturais é uma prerrogativa garantida na Constituição Federal de 1988, no qual estabelece em seu artigo 215 que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais

e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (Brasil, 1988).

Isso se intensificou em 2001, com a criação do Estatuto da Cidade, que compõem um conjunto de recursos, entre eles o artigo 31 do Estatuto da Cidade, que compreende o direito de construir e a outorga onerosa aos imóveis particulares, estabelecendo ferramentas de compensação aos proprietários penalizados pelas restrições impostas pela preservação de diversos bens históricos (Brasil,2001).

Ainda é necessário destacar que a expressão patrimônio cultural tem sido utilizada para referir-se ao conjunto dos bens e interesses que exprimem a integração do homem com o meio ambiente (tanto o natural como o artificial), como aqueles de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico ou arqueológico, nesse rol incluídos os valores até mesmo imateriais referentes à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (Mazzilli, 2008).

A definição, adotada por Martins (2011), em relação ao patrimônio cultural, diz que é o conjunto de bens, materiais e imateriais, de interesse coletivo, suficientemente relevante e capaz de perpetuar-se ao longo do tempo; sendo o patrimônio a capacidade de fazer recordar o passado, ou seja, uma manifestação, um testemunho, uma invocação, uma convocação do passado, ele tem a função de (re)memorar acontecimentos importantes. Por todo o exposto, o patrimônio cultural imaterial compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos recebem de seus ancestrais e passam, em forma de conhecimento, a seus descendentes (UNESCO, 2010).

No contexto apresentado, identifica-se uma estreita relação entre a valorização simbólica e a valorização econômica dos bens culturais (Thompson,1995)

Em busca de uma gestão eficaz na proteção e valoração do patrimônio histórico e cultural, evidencia-se as cidades de Ouro Preto/MG e Mariana/MG, que já na década de 30 era considerada um monumento nacional, incluindo as políticas de preservação do SPHAN. Mais tarde, foram declaradas Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 1980. Essas são cidades contextualizadas pelo perímetro urbano e a sua simbologia e identidade teve no seu planejamento urbano diretrizes para manter as suas características históricas, delimitando áreas de expansão urbanas, o que se configurou como Plano Diretor, prevendo, assim, o crescimento controlado da mancha urbana e as principais funções da cidade, protegendo os núcleos históricos.(Oliveira, 2002).

A experiência de Ouro Preto/MG demonstra que ações integradas à sociedade, como a elaboração do Plano Diretor, Conselho de Patrimônio e Poder Público juntos podem direcionar políticas estruturais de uso e ocupação do solo, garantindo o uso e buscando o desenvolvimento econômico e sustentável (Bhering, 2005, p. 22).

2.2 Estudos anteriores

A discussão estrutural sobre a valoração de patrimônios históricos e a sua proteção vem sendo tratada como temas de importância local e internacional, levando a diversas ferramentas de gestão para proteção e valoração dos bens patrimoniais. No Brasil, apesar de diversas leis de proteção, ainda há gargalos entre a valoração dos bens patrimoniais públicos.

Conforme Ellwood e Greenwood (2016), a definição de valoração de um bem patrimonial pode ser fácil (com especialistas de antiguidades), mas em outras ocasiões podem ser difíceis ou até impossível. Isso ocorre por diversas dimensões, como: econômica, cultural, estética e política. Ainda assim, pode haver alterações conforme ações do tempo (Ellwood; Greenwood, 2016, p. 13).

Segundo Freire (2015, p. 15):

O desafio contábil tem se deparado com desafios e buscado soluções para vencê-los. A realidade atual aponta no sentido que ativos da natureza dos Heritages Assets precisam ser incluídos nos relatórios contábeis das entidades, o que implica na necessidade da sua mensuração.

Dessa forma, é visível que se necessita ainda do desenvolvimento de ferramentas conjuntas entre as entidades contábeis e instituições públicas para estabelecerem um conjunto de informações, para que possam ser mitigadas ao processo de institucionalização da valoração dos bens patrimoniais.

Da mesma forma, Pires (2018) aponta sobre o tema estudado:

Enquanto alguns países definem pela não contabilização dos heritage assets, tais como Estados Unidos e Canadá, outros, como Austrália, Nova Zelândia e Reino Unido, possuem normas que indicam que o reconhecimento deve ser realizado sempre que a mensuração desses ativos puder ser feita de forma confiável e a um custo compatível com os benefícios gerados pela disponibilização dessas informações. (Pires, 2018, p. 212).

Ademais, é necessário citar a importância da educação patrimonial ferramenta importante na construção da cidadania e conhecimento, conforme Horta:

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta *et al.*, 1999, p. 6).

O conhecimento permite novos posicionamentos, favorecendo o surgimento de novas questões sobre os municípios e os seus patrimônios históricos.

Assim as características que envolvem os bens públicos são: a não rivalidade entre os consumidores, isto é, o consumo de um determinado bem ou serviço não implica alteração da quantidade disponível a outro consumidor. O mercado não consegue estabelecer um preço para estes bens porque não existe a necessidade de alocar recursos entre os consumidores. Sendo assim, o preço tende a zero. Contudo, o custo para produzir bens e serviços públicos como educação, saúde, proteção do meio ambiente é maior que zero; não existem incentivo para se produzir estes bens, nenhuma empresa irá produzir se preço for zero e estes não serão fornecidos pelo mercado sozinho. (Sherman, 1990).

Interligada pela linha férrea paulista, Americana atraía muitos visitantes por sua produção fabril no auge na década de 1930.

O declínio da produção da fábrica se deveu ao início da produção dos tecidos de fibra sintética (rayon), consideravelmente mais baratos no mercado nacional. Já nos últimos anos da década de 1930, começou a surgir em Villa Americana a “indústria têxtil façonista”. Formou-se a partir da união de famílias tecelãs de Carioba, que adquiriam teares antigos de empresas maiores e passaram a produzir tecidos em suas residências (Colli, 1997).

Surgiu então o espraiamento do município com a criação de bairros suburbanos e distritos industriais ente os anos 1960 e 1970.

Grandes empresas e multinacionais se instalaram na cidade, provocando grande fluxo migratório interestadual e surgimento de problemas urbanos, como a transformação dos bairros das cidades vizinhas, Nova Odessa e Santa Bárbara d'Oeste, em subúrbios dormitórios (Pasquotto *et al.*, 2014)

Também chega a histórica falência do setor industrial do núcleo inicial de Americana. Stock(2009) evidencia que “no final da década de 1970 e início dos anos 1980, a vila

de Carioba foi sendo demolida aos poucos, com forte resistência da população, ocupações e criação de movimentos, como o Comitê Pró-Carioba”

Com o surgimento de distritos industriais bairros suburbanos e a chegada de empresas multinacionais e modernização industrial a vila de Carioba na gestão de João Abdala se desfaz com a falência das indústrias que na data de 31 de dezembro de 1976, os maquinários da Fábrica de Tecidos Carioba funcionam pela última vez na história. No início dos anos de 1980 as terras são divididas em lotes que foram dadas como indenização aos operários. A Prefeitura de Americana permitiu conservar o patrimônio arquitetônico da fábrica, que foi dividida em 30 galpões dos quais atualmente são usados como locação de pequenas empresas, e tempos mais tarde é realiza a demolição das casas da vila de Carioba.

3. METODOLOGIA

O trabalho se caracteriza de natureza exploratória com abordagem qualitativa. Para Lösch (2023), a pesquisa exploratória é caracterizada por seu foco em aprofundar o entendimento de temas que ainda não foram extensivamente estudados ou compreendidos. O principal intuito desse tipo de estudo é a obtenção de maior familiaridade com fenômenos, conceitos ou problemas emergentes, contribuindo para uma base conceitual mais sólida e para a identificação de novas perspectivas de investigação.

Lösch (2023) ainda enfatiza que essa abordagem é aplicável em variados campos do saber e é essencial para expandir o conhecimento em áreas onde a literatura existente é escassa ou insuficiente. No que tange a abordagem qualitativa, a pesquisa dedica-se ao estudo de fenômenos sociais, culturais e educacionais através da análise qualitativa de dados como entrevistas e observações. Diferentemente de métodos quantitativos, seu foco é entender profundamente o tema estudado, não apenas medir.

Foram realizadas entrevistas com perguntas semiestruturadas, no município de Americana-SP. Participaram da pesquisa servidores públicos das pastas correlatas sendo Secretaria de Cultura e Turismo (SECTUR), servidores da Secretaria de Planejamento Urbano (SEPLAM) e Representante da OAB no CONDEPHAM . Elas foram realizadas no período de 16 à 18 de julho de 2024. O quadro 1 apresenta as perguntas realizadas.

Perguntas	Destinação
Qual o fluxo de visitantes no complexo de Carioba (*Casa de Cultura Casa Herman e * casa dos contos)?	Secretaria de Cultura e Turismo (SECTUR)
Qual o fluxo de caixa para investimentos e/ou manutenção dos bens tombados?	
Qual o fluxo de caixa para investimentos e/ou manutenção do completo de Carioba?	
Existe alguma proposta da ADM para que os imóveis tombados gerarem receitas para auto suficiência?	
Os imóveis tombados entram na relação de bens contábeis do município? Existe um valor \$\$\$ monetário sobre estes imóveis?	
- Países como Austrália, Canada, Nova Zelândia, contabilizam seus bens patrimoniais como ativos patrimoniais. Buscando que estes seja auto suficiente. Oque você acha disso?	Secretaria de Planejamento Urbano (SEPLAM)
Os imóveis tombados entram na relação de bens contábeis do município? Existe um valor \$\$\$ monetário sobre estes imóveis?	
Como você classificaria a gestão pública do patrimônio histórico em Americana?	Representante da OAB no CONDEPHAM
Quais os caminhos você sugeriria para o poder público sobre a preservação dos patrimônios tombados?	
Qual é a sua análise sobre a atuação do conselho municipal?	

Fonte: Escorpeli.H. 2024.

Como amostra do trabalho foi analisado o patrimônio histórico e cultural no município de Americana, em São Paulo. O município, pertencente a Região Metropolitana de Campinas, possui uma riqueza significativa em termos de patrimônio histórico, ainda com diversos imóveis tombados que refletem a diversidade e a importância cultural, histórica e arquitetônica da região (Shicchi, 2022). A Figura 1 apresenta os principais imóveis tombados e que se destacam na cidade.

	
<p style="text-align: center;">Casarão de Salto Grande</p> <p>Fonte: https://www.ipatrimonio.org/ (2010)</p>	<p style="text-align: center;">Colônia "Sobrado Velho"</p> <p>Fonte: https://www.ipatrimonio.org/ (2010)</p>
	
<p style="text-align: center;">Casarão de Salto Grande</p> <p>Fonte: https://www.americana.sp.gov.br/ (2023)</p>	<p style="text-align: center;">Igreja Basílica de Santo Antônio</p> <p>Fonte: https://diocesedelimeira.org.br/ (2020)</p>

Figura 1 - Principais imóveis tombados

Ademais, no complexo de Carioba, com uma área de 344.667,13 m², encontra-se uma variedade de edificações e espaços históricos. O conjunto de Fábricas de Carioba, parcialmente destruído por um incêndio em 2020, mas abrigando ainda atividades iniciais das construções datada de 1909 no ramo têxtil. Para Leal Neves (2019), esse complexo representa um dos exemplares de relevância da arquitetura industrial que acrescentou importância a história, principalmente do estado de São Paulo. Esse complexo é um exemplo claro da diversidade e riqueza do patrimônio histórico de Americana, destacando a necessidade de esforços contínuos de preservação, restauração e valorização.

	
<p style="text-align: center;">Igreja de São João Batista</p>	<p style="text-align: center;">Casa de Cultura "Hermann Müller"</p>







<p>Fonte: http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/com-plexo-industrial-carioba/ (2010)</p>	<p>Fonte: https://www.americana.sp.gov.br/ (2010)</p>
	
<p>Escola de Carioba Fonte: http://condephaat.sp.gov.br (2010)</p>	<p>Escola de Carioba (atual) Fonte: https://tododia.com.br/ (2012)</p>
	
<p>Usina Hidrelétrica de Carioba Fonte: https://liberal.com.br/ (sem data)</p>	<p>Usina Hidrelétrica de Carioba Atualmente Fonte: https://marcoscampolongo.blogspot.com/ (2023)</p>
	
<p>Fabricas de Carioba Fonte: https://www.ipatrimonio.org/ (sem data)</p>	<p>Fabricas de Carioba (atualmente) Fonte: https://liberal.com.br/ (2023)</p>

Figura 2 - Principais imóveis tombados

Evidencia-se, ainda, o Casarão de Salto Grande (1802), uma importante edificação remanescente da arquitetura colonial, construída em taipa de pilão no século XIX, que se encontra em processo de captação de recursos pela Lei Rouanet para restauro. Ainda sobre o Patrimônio Imaterial, tem-se o Coral de Santo Antônio,

formado em 1949, que é um elemento cultural vivo e vibrante, que representa a tradição musical e religiosa da comunidade.

É explícito o poder cultural existente no município e mais ainda a sua gestão sobre os bens patrimoniais. Entretanto, quanto à primeira escola de Carioba, que foi destruída em um incêndio em 2011, até hoje nada foi realizado para reparar ou ações para conservação das ruínas pós-incêndio.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Nessa secção trata-se das questões e respostas colocadas sobre a problemática deste trabalho, em busca de investigar a gestão de valoração do patrimônio histórico no município de Americana-SP.

Qual o fluxo de visitantes no complexo de Carioba (*Casa de Cultura Casa Herman e * casa dos contos)?

A casa de Cultura Hermann Müller, encontra se fechada por motivos de segurança e indisponibilidade de acesso em alguns cômodos da casa (transcrição nossa).

Casa dos contos segue tabela de visitas:

Meses	CRIANÇAS	ADULTOS	TOTAL
MARÇO	100	55	155
ABRIL	476	69	545
MAIO	453	103	556
JUNHO	126	79	205
JULHO	80	50	130
			1.591

Fonte: Tabela Secretaria de Cultura de Americana-SP.

OBS: Em comparação aos demais anos, neste ano de 2024 o número de visitantes foi menor. Isso se deu por estarmos trabalhando com enfoque na primeira infância, crianças de creches, Maternal 1 e 2.

Esses grupos são menores, com aproximadamente 25 crianças, diferentemente das unidades escolares com classes de 30 a 35 crianças.

Com a Casa de Cultura sendo um dos maiores e mais importantes edifício histórico do complexo fechado e o pequeno imóvel denominado “Casa dos Contos” recebendo visitas mensalmente é visível que poderia ser melhor aproveitado o deslocamento das crianças para inclusão na historia da cidade. *haja visto que a “Casa dos Contos” em questão não é objeto de tombamento histórico.

2) Qual o fluxo de caixa para investimentos e/ou manutenção dos bens tombados?

*A diretora faz questão de deixar claro que não há recurso para investimentos e/ou manutenção dos edifícios tombados e que há uma dotação de R\$ 1.000,00 (Mil reais), porém apenas dotação, quando é necessário urgência que gera a demanda é solicitada para que sejam tomadas a providencias, ainda lembra que há a destinação de recursos no valor de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais) para eventos e destaca que esse valor ainda é pouco. A diretora ainda destaca que foi incluído na LOA (Lei Orçamentária Anual), a solicitação de recursos no valor de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil) para que seja destinado na recuperação da Escola de Carioba *(destruída pelo incêndio de 2011), para o MAC Museu de Arte*

Contemporânea a ser utilizada no auditório e para Biblioteca municipal para reparos da estrutura (transcrição nossa).

Notamos aqui que infelizmente não há planejamento de ações diretas para manutenção dos espaços e imóveis históricos no município, gerando assim sua depreciação com o tempo.

3) Qual o fluxo de caixa para investimentos e/ou manutenção do completo de Carioba?

Não existe verba direcionada para imóveis específicos ainda esse ano (transcrição nossa).

Aqui na resposta da agente da SECTUR, fica confirmada a relevância de investimentos.

4) Existe alguma proposta da ADM para que os imóveis tombados gerarem receitas para autossuficiência?

Sim, existe a ideia de criar uma bilheteria no local. (transcrição nossa)

Indagada sobre alternativas de exploração comercial no local a diretora diz: É não tínhamos pensado nisso, mas pode ser uma ideia, loja de souvenir ou cafeteria (transcrição nossa).

A insuficiência de projetos dificulta a atratividade para ocupação ordenada e auto suficiente dos espaços históricos do município, deixando espaços fechados e sem manutenção.

5) Os imóveis tombados entram na relação de bens contábeis do município?

Existe um valor \$\$\$ monetário sobre estes imóveis?

Não há valoração destes ativos (transcrição nossa).

Confirmamos aqui junto a base teórica inicial deste trabalho, onde busca se investigar a questão da valoração dos bens históricos, que o poder público local não mensura seus bens históricos.

6) Países como Austrália, Canada e Nova Zelândia contabilizam os seus bens patrimoniais como ativos patrimoniais, buscando que esses sejam autossuficiente. O que você acha disso?

Interessante, mas não conheço o assunto. Mas estamos finalizando o Estatuto dos Museus e que poderá aprimorar e facilitar a manutenção dos espaços culturais, pois conforme o Estatuto, cada setor terá uma comissão para gerir o espaço, dando autonomia para prospecção de projetos e administração dos bens (transcrição nossa).

Veremos aqui que a importância de capacitação técnica sobre a demanda da pasta pode ser um diferencial ao que trata se de patrimônio histórico, o planejamento e busca de informações sobre a temática muitas vezes pode ser relevante para contribuir para o processo de valoração dos patrimônios históricos do município.

Após as respostas da agente da SECTUR, realizamos, então, uma entrevista com a diretora da (UDFU) Unidade de Desenvolvimento Físico e Urbano de Americana na secretaria de Planejamento, e com a arquiteta e urbanista, representante da comissão de avaliação do patrimônio do setor de tributação do município.

A pergunta à secretaria de Planejamento e UDFU é apresentada a seguir:

1) Os imóveis tombados entram na relação de bens contábeis do município? Existe um valor monetário sobre estes imóveis?

Agente 1 SEPLAM: Não existe. Mas é uma ótima ideia para incluir na comissão de avaliação da prefeitura.

Agente 2 SEPLAM: Vou levar o assunto sim para comissão. Pois estamos fazendo a avaliação de alguns imóveis da prefeitura para ceder ao estado e já podemos incluir a avaliação de outros como a estação. (transcrição nossa).

É visível que o conhecimento técnico sobre o assunto pode potencializar realizações estratégicas e planejadas sobre o tema, porém lembramos que os imóveis em questão não são oportunos da pasta da SEPLAM.

Fizemos também uma entrevista com o vice-presidente do (CONDEPHAM), representante da Ordem dos Advogados de Americana/SP.

1) Como você classificaria a gestão pública do patrimônio histórico em Americana?

Heliton, não há comprometimento por parte do poder público, infelizmente. Não há destinação de recursos para manutenção, a segurança dos espaços deixa a desejar já que alguns imóveis estão ocupados e ainda não há projetos de proteção contra incêndios nestes prédios. Estamos batalhando para que a prefeitura realize a adequação dos espaços com hidrantes etc. para que possa haver a obtenção de alvará do bombeiro para os prédios de Carioba e nada. Já existe um projeto, mas já deve estar desatualizado rs... (transcrição nossa),

2) Quais os caminhos você sugeriria para o poder público sobre a preservação dos patrimônios tombados?

Criar uma instituição privada para gerir a administração destes espaços, o poder público não consegue (transcrição nossa).

3) Qual é a sua análise sobre a atuação do conselho municipal?

Importante, pois se não tivesse um pequeno grupo atormentando o poder público, teríamos perdido tudo que temos, certamente (transcrição nossa).

A gestão do patrimônio histórico e cultural do município de Americana não se diferencia significativamente de outros municípios brasileiros, exceto por casos como Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais. A proteção dos bens patrimoniais é garantida por diversas ferramentas inseridas na Constituição de 1988, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no Estatuto da Cidade, no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) e no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de Americana (CONDEPHAM).

Para obter resultados eficazes, é necessário direcionamento adequado no uso dessas ferramentas. A falta de valoração dos bens patrimoniais do município, que hoje não são contabilizados, contribui para a sua desvalorização. A administração pública, ao não conhecer o valor real dos seus bens, dificulta a obtenção de investimentos na proteção, valoração e preservação.

As entrevistas realizadas com o poder público revelaram uma demanda já apontada pelo conselho municipal, mas ainda sem resolução. Diego Bernardo, vice-presidente do CONDEPHAM, destacou a importância de criar um fundo de manutenção de Carioba, utilizando a cobrança de uso público e IPTU dos galpões das fábricas de Carioba.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, como dado o objetivo desta pesquisa é verificar como a gestão municipal tem tratado da importância de seu patrimônio histórico e cultural, considerando a análise da pesquisa quantitativa e o referencial teórico concluímos que o tema é relevante para discussão no âmbito de políticas públicas seja nos municípios ou na esfera estadual.

É conclusivo que existe a necessidade de elaborar e aplicar políticas de valoração patrimoniais dentro dos setores municipais e capacitação de agentes públicos para questão de atualização e revisão das legislações pertinentes destes investimentos com base nas LDOs (Leis de Diretrizes Orçamentarias), e inventários patrimoniais que possam potencializar e melhorar o direcionamento dos investimentos públicos.

A mensuração da riqueza cultural e econômica desses ativos não só preserva a história, mas também pode impulsionar o turismo e a educação na região, haja vista a abrangência histórica dos espaços e as suas atividades.

A análise aponta que é necessário um aprofundamento do tema dentro dos setores públicos, e estabelecer ações de valoração e intensificação da importância do patrimônio histórico local. Conclui-se que são necessários estudos aprofundados sobre “valoração” junto aos setores públicos e civis, para que haja comprometimento na proteção e valorização dos patrimônios históricos e culturais do município de Americana/SP, bem como nas esferas estadual e federal, dada a grande importância dessa análise para uma administração pública cada vez mais eficiente.

Desta forma é evidente que é necessário estreitar a relação entre a valorização simbólica e a valorização econômica dos bens culturais conforme (Thompson,1995), e a nacionalização baseada na literatura estrangeira como podem estruturar novos conceitos de valoração do patrimônio histórico cultural.

REFERÊNCIAS

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, v. 16, p. 111-122, 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tinf/a/9kRv9WpprV9j5jM5NMNPBSL/?lang=pt#>

AZEVEDO, N. L. de. **Democracia e Patrimônio Cultural**: as práticas da gestão participativa em Juiz de Fora. Orientador: Dra. Helena Motta. 2007. 188 páginas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

BASU, Asmita; DE, Anupam. Heritage valuation driving sustainability of cultural capital in Bishnupur in Eastern India. *PILURAL History. Culture. Society. Journal of History and Geography Department*, v. 9, n. 1, p. 103-115, 2021.

BHERING, Iracema Generoso de Abreu; AZEVEDO JUNIOR, Manoel Teixeira; CERQUEIRA, Letícia Mourão. **A gestão do patrimônio histórico**: uma avaliação a partir do processo de elaboração da legislação urbanística de Ouro Preto. ANPUR 2005.

DA SILVA SCHICCHI, Maria Cristina. Patrimônio cultural em territórios metropolitanos: novos aportes para sua compreensão. *Revista Thésis*, v. 7, n. 13, 2022. <https://doi.org/10.51924/revthesis.2022.v7.307>

FREIRE, Anna Paola Fernandes; LEITE FILHO, Paulo Amilton Maia; CAVALCANTE, Paulo Roberto Nóbrega. **Heritage Asset**: Uma Proposta de Mensuração com Base em Critérios Encontrados na Teoria Econômica. Congresso de Controladoria e contabilidade, 2015.

LEAL NEVES, D. R. . Tecendo a história de São Paulo: tecelagens como patrimônio cultural. *arq.urb*, [S. l.], n. 26, p. 61–79, 2019. DOI: 10.37916/arq.urb.vi26.27. Disponível em: <https://www.revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/27>. Acesso em: 30 jul. 2024.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023141, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.17958. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 30 jul. 2024.

MARTINS, S.D.T. A memória de um lugar: discursos e práticas identitárias na freguesia do Castelo em Lisboa. 2011. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. Em defesa de Ouro Preto. In: *Revista AU*. n. 113, ago 2003. p. 63-66.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de et al. Social valuation of protected cultural assets: The railway heritage between Jundiaí and Campinas (Brazil). *International Journal of Heritage Studies*, v. 28, n. 6, p. 714-732, 2022.
<https://doi.org/10.1080/13527258.2022.2068641>

PIRES, Charline Barbosa. **Critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação de Heritage Assets**: um estudo comparativo em museus australianos, ingleses e neozelandeses utilizando abordagem da Teoria Institucional. Tese de Doutorado, 2018.

RAYEL, Renata Salgado. **A valoração das paisagens protegidas de Diamantina (MG)**: premissa para o turismo cultural. Diamantina-MG: Caderno de Geografia, 2012.

SILVA, Luanisia Braulino da: **Gestão do patrimônio cultural e histórico municipal: um estudo em Redenção- Ceará**. 2018, Disponível em: repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3451. Acesso em: 22 abr. 2024.

SILVA, Marcela VirginiaThimoteo., DO SPHAN AO IBRAM: SUBSÍDIOS PARA COMPREENDER A PRODUÇÃO DOCUMENTAL DOS MUSEUS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, v. 3, n. 1, p. 60-75, 2015. Disponível https://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/05_Artigo04.pdf

STOCK, Suzete de Cássia Volpato. Benamata: um lugar, uma herança. Tese (Doutorado) FE/Unicamp, Campinas, 2009.

THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.